

## REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016

### PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 15/2016/CIGA

#### 1. PREÂMBULO

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, para a contratação de empresa especializada no desenvolvimento de sistemas para prestação de serviços de implantação, capacitação, manutenção mensal, suporte técnico e desenvolvimento de novas funcionalidades e customização, sob demanda, do sistema de gestão de obras (G-Obras) pertencente ao CIGA, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

1.2.1 Anexo I – Termo de Referência;

1.2.2 Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação;

1.2.3 Anexo III – Formulário de Proposta de Preços;

1.2.4 Anexo IV – Carta de Preposição;

1.2.5 Anexo V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

1.2.6 Anexo VI – Declaração de Cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

1.2.7 Anexo VII – Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

1.2.8 Anexo VIII – Declaração de conhecimento do objeto; e

1.2.9 Anexo IX – Minuta do Contrato.

#### 2. CRONOGRAMA

2.1 Data de início do recebimento das propostas: **18/08/2016**.

2.2 Último dia para o recebimento das propostas: **30/08/2016, às 13:30 horas**.

2.3 Data da sessão pública do Pregão Presencial: **30/08/2016, às 14:00 horas**, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

2.4 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: **26/08/2016**.

### **3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br), até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.

3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico.

3.3 Os interessados deverão consultar o sítio do CIGA – <http://www.ciga.sc.gov.br> – para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

3.4 A entrega de impugnações, razões e contrarrazões de recursos deverá ser realizada, alternativamente: por meio eletrônico para o endereço [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br); por meio postal, endereçada ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio do CIGA, Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço.

3.5 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

### **4. DO OBJETO**

4.1 Contratação de empresa especializada no desenvolvimento de sistemas para prestação de serviços de implantação, capacitação, manutenção mensal, suporte técnico e desenvolvimento de novas funcionalidades e customização, sob demanda, do sistema de gestão de obras (G-Obras) pertencente ao CIGA relativo ao acompanhamento, gerenciamento e análise de dados básicos e contratos de obras públicas em andamento no âmbito municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

### **5. DO PREÇO MÁXIMO**

5.1 O preço máximo do objeto está estipulado no Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação.

### **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1 Poderão participar deste certame licitantes que estejam legalmente constituídos e atendam às especificações contidas neste edital.

6.2 Para participar da presente licitação, os interessados deverão apresentar a PROPOSTA DE PREÇO e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em envelopes separados, fechados, opacos, contendo externamente os seguintes dizeres:

*ENVELOPE N.º 1: PROPOSTA DE PREÇO*

*LICITANTE: .....*

*ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA*

*PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016/CIGA*

*ENVELOPE N.º 2: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO*

*LICITANTE: .....*

*ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA*

*PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016/CIGA*

6.3 É vedada a participação de:

6.3.1 pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93);

6.3.2 licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:

6.3.2.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata estesubitem será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link

<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link

[http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

6.3.3 licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação;

6.3.4 licitantes que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do CIGA;

6.3.5 licitantes em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

6.3.6 sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

6.3.7 sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.3.8 consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição; e

6.3.9 cooperativa de mão de obra.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, § 2.º, da LC 123/2006).

7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, § 2.º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão (art. 45, § 3.º, da LC 123/2006).

7.5 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta melhor classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, § 2.º, da LC 123/2006).

7.6 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta última apresente alguma restrição (artigo 43, § 1.º, da LC 123/2006).

7.7 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 5



(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, § 1.º, da LC 123/2006).

7.8 A documentação fiscal regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio no endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.8.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal por e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.7.

7.9 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme estipulado neste Edital.

7.10 A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – modelo sugerido no Anexo V – deverá ser apresentada ao Pregoeiro no momento determinado no item 12.3 deste Edital, sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

## **8. DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL**

8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Equipe de Apoio, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do Edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

8.4 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 3321-5300.

## 9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 O Pregoeiro somente credenciará os representantes legais dos licitantes que apresentarem os seguintes documentos:

9.1.1 Ato constitutivo em vigor(documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.1.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do representante legal.

9.2 O licitante poderá se fazer representar por procurador ou preposto, cujo credenciamento é condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 Ato constitutivo em vigor(documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.2.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do procurador ou preposto;

9.2.3 Procuração ou carta de preposição – modelo sugerido no Anexo IV, assinada pelo representante legal do licitante e com firma reconhecida, ou sua cópia autenticada:

9.2.3.1 A apresentação de procuração pública, original ou cópia autenticada, dispensa o reconhecimento de firma do outorgante.

9.3 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

9.4 Somente poderá participar da fase de lances verbais deste pregão o procurador, o preposto ou o representante legal do licitante que estiver devidamente credenciado.

## 10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O envelope PROPOSTA DE PREÇO deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, impressa, datada, devidamente identificada e assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, além de conter as seguintes informações, sob pena de desclassificação:

10.1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO – a proposta deverá descrever o objeto ofertado pelo licitante ao CIGA, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I deste Edital);

10.1.2 PREÇO – os preços deverão ser cotados em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, **inclusos todos os custos necessários ao fornecimento do objeto**, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transportes, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto, com cotação única de preços discriminando os valores conforme o Anexo III – Formulário de Proposta

de Preço, deste edital;

10.1.3 VALIDADE DA PROPOSTA – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6º, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002), tendo por termo inicial a data da sessão:

10.1.3.1 A PROPOSTA que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias, contados da sessão pública em que for aberta a PROPOSTA DE PREÇO;

10.1.4 O licitante deverá fazer constar na proposta seus DADOS CADASTRAIS, a descrição do objeto, bem como as demais informações requisitadas no Anexo III deste Edital – Formulário de Proposta de Preços.

10.1.5 Não serão consideradas as propostas apresentadas após a data e o horário aprazado.

10.1.6 As propostas serão irretroatáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.

10.1.7 Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preços.

## **11. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

11.1 O envelope n.º 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter os documentos abaixo relacionados:

11.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1.1 Ato constitutivo do licitante:

11.1.1.1.1 Quando se tratar de EMPRESÁRIO deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição do mesmo no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede.

11.1.1.1.2 Quando se tratar de SOCIEDADE SIMPLES deverá ser apresentado Contrato acompanhado das modificações averbadas, tudo devidamente registrado no REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS do local de sua sede.

11.1.1.1.3 Quando se tratar de SOCIEDADE EMPRESÁRIA deverá ser apresentado o Estatuto ou o Contrato Social (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), tudo devidamente registrado no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede.

11.1.1.2 As SOCIEDADES POR AÇÕES também deverão apresentar cópia da Ata da eleição de seus administradores registrada na Junta Comercial.

11.1.1.3 As SOCIEDADES ESTRANGEIRAS em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade o exigir, o ato de registro ou

autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

#### 11.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.1.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;

11.1.2.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

11.1.2.4.1 Caso o licitante seja de outra Unidade da Federação deverá apresentar, também, a regularidade para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina;

11.1.2.5 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;

11.1.2.5.1 Para os municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão sobre Tributos Mobiliários;

11.1.2.5.2 As empresas que não possuem imóveis cadastrados e/ou isentas, caso se enquadrem no item 11.1.2.5.1, deverão apresentar documento(s) emitido(s) por órgão(s) da Prefeitura que comprovem as respectivas situações;

11.1.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

11.1.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

11.1.2.8 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal – modelo sugerido no Anexo VI;

11.1.2.9 Serão aceitas certidões positivas, com efeito de negativas, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

#### 11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade expresso.

#### 11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.4.1 Comprovante de capacidade técnica, consistente na apresentação de, pelo menos, 1(um) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa prestou ou vem prestando serviços pertinentes e compatíveis em **características** com o objeto deste edital.

11.1.4.1.1 Entende-se por pertinente e compatível em **características** os atestados que em sua individualidade contemplem todos os serviços objeto desta licitação, notadamente na implantação, capacitação, manutenção, suporte técnico, desenvolvimento de novas funcionalidades e customização de serviços de software nas áreas de:

11.1.4.1.1.1 engenharia de obras que contemple conhecimentos em elaboração de orçamentos, cronogramas, medição de obras e prestação de contas a órgãos financiadores; e

11.1.4.1.1.2 prestação de contas de forma eletrônica a Tribunal de Contas sobre obras realizadas.

11.1.4.2 Os atestados de capacidade técnico-operacional, referido no subitem anterior, deverão conter ainda os seguintes elementos:

11.1.4.2.1 Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ/CGC, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução dos serviços e o número do contrato;

11.1.4.2.2 Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram cumpridos satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada; e

11.1.4.2.3 Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

#### 11.1.5 OUTROS DOCUMENTOS:

11.1.5.1 **Deverá** ser apresentada declaração de conhecimento dos termos do objeto – modelo sugerido no Anexo VIII do Edital.

11.1.5.1.1 É facultado e recomendável aos licitantes realizarem ao CIGA, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo qualquer alegação posterior por desconhecimento das condições dos locais e da prestação dos serviços;

11.1.5.1.2 A não realização da visita não admitirá ao licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

## 11.2 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.2.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas por colaboradores do CIGA, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

11.2.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quando obtidos via *Internet*, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no *site* da entidade que os emitiu:

11.2.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no site da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação àquelas.

11.2.3 No caso de impossibilidade de acesso à *Internet* para verificação da autenticidade das certidões, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e do horário do seu prosseguimento.

11.2.4 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

11.2.5 Os documentos de habilitação que porventura não possuírem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data limite para entrega dos envelopes, exceto para os documentos de qualificação jurídica, de qualificação técnica, CPF e CNPJ.

11.2.6 O licitante que optar em participar mediante apresentação de proposta elaborada por uma de suas filiais, deverá apresentar todos os documentos exigidos para habilitação referentes à matriz, acrescidos, especificamente em relação à filial, das provas de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal:

11.2.6.1 Quando a matriz for sediada no estrangeiro, também deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial da filial.

11.2.7 Os documentos apresentados por ocasião do Credenciamento serão dispensáveis do envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação.

11.2.8 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CIGA e a ele endereçadas.

11.2.9 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CIGA, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos.

11.2.10 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

## 12. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

12.1 No dia, hora e local designados no CRONOGRAMA, o Pregoeiro declarará aberta a sessão e realizará o credenciamento dos licitantes:

12.1.1 O licitante que desejar participar da sessão apenas com os envelopes “PROPOSTA DE PREÇO” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, deverá enviá-los para o endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, ou apresentá-los até o último momento para recebimento das propostas.

12.2 Até o momento em que for encerrado o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro poderá receber documentos de credenciamento daqueles que, porventura, não se encontravam presentes no horário estipulado no CRONOGRAMA.

**12.3 Ato contínuo, o Pregoeiro receberá a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando houver, a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e os Envelopes n.º 1 – Proposta de Preço e n.º 2 – Documentação de Habilitação:**

12.3.1 Caso haja interposição de recurso, os envelopes contendo a Documentação de Habilitação ficarão em posse do Pregoeiro e da Equipe de Apoio até o julgamento do recurso, após o qual estarão disponíveis para retirada no endereço citado no item 3 do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias.

12.4 O Pregoeiro abrirá os envelopes de proposta de preço, registrará os valores das horas técnicas ofertadas no respectivo mapa, indicando a proposta com **MENOR VALOR DA HORA TÉCNICA** e aquelas que atendem ao disposto no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, e verificará a conformidade destas propostas com os requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório:

12.4.1 O não atendimento a qualquer uma das características e/ou quantidades mínimas especificadas constitui fundamento para desclassificação da proposta.

12.4.2 Serão igualmente desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

12.4.2.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

12.4.2.2 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada.

12.4.3 Serão admitidas para a etapa de lances verbais:

12.4.3.1 A proposta comercial com **MENOR VALOR DA HORA TÉCNICA**, desde que atendidos aos requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório;



12.4.3.2 As propostas comerciais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela e que, igualmente, tenham atendido aos requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório.

12.4.4 Caso duas ou mais propostas comerciais, admitidas para a etapa de lances, apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da oferta de lances.

12.4.5 Não havendo pelo menos três propostas comerciais aptas à fase de lances (que possam oferecer novos lances verbais e sucessivos) nas condições definidas no subitem 12.4.3, serão admitidas à etapa de lances aquelas superiores ao limite definido no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, até que se complete o número de três licitantes classificados para participar da etapa competitiva (presentes à sessão pública), desde que tenham atendido aos requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório.

12.5 A oferta dos lances será sucessiva, distinta, na ordem decrescente dos preços e deverá ser efetuada pelo **valor da hora técnica** no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

12.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

12.7 Durante a etapa de lances para o lote, quando na sua oportunidade de ofertar novo lance não puder cobrir o menor preço apresentado, o licitante poderá oferecer um último lance para melhorar o seu preço, mesmo que este seja superior ao menor preço registrado até aquele momento.

12.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais para o lote único em disputa e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.9 Encerrada a disputa de lances do lote único, o Pregoeiro:

12.9.1 verificará se existe proposta de licitante micro ou pequena empresa em situação de empate ficto com o menor lance, para, em caso afirmativo, facultar-lhe o exercício ao direito de desempate, conforme disposto no item 7 – DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

12.9.2 analisará acerca da aceitabilidade do menor lance, com base nos orçamentos obtidos pela administração e/ou preço máximo estabelecido;

12.9.3 negociará a redução dos preços;e,

12.9.4 declarará o vencedor da etapa de lances.

12.10 Embora seja considerado o **valor da hora técnica** para efeito de lances e classificação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço total por itens e subitens, conforme descrição apresentada na Estimativa de Valor da Contratação (Anexo II), sendo que este preço



não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens e subitens, bem como não poderá em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Formulário de Proposta de Preços).

12.11 Caso não seja possível a imediata recomposição dos preços resultantes dos lances, o Pregoeiro estabelecerá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, no endereço citado no subitem 3.4 do Edital, em original assinado, ou envie para o e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br) assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.

12.12 Ato contínuo, o Pregoeiro examinará os documentos contidos no Envelope n.º2- Documentação de Habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances.

### **12.13 Será inabilitado o licitante que não apresentar documentação em situação regular.**

12.14 Frustrada a habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances, será retomada a sessão pública da licitação a partir da etapa final de lances, ocasião em que o Pregoeiro examinará o cumprimento das condições de habilitação do(s) licitante(s) subsequente(s) segundo a ordem de classificação na etapa de lances verbais, até apurar o licitante que atenda aos requisitos de habilitação expressos no Edital, sendo este declarado habilitado e, assim, vencedor do certame para o lote único em disputa.

12.15 Da Sessão Pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, seus Assistentes e por todos os licitantes presentes.

## **13. DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS**

13.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

## **14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

14.2 A falta de manifestação imediata e motivada do desejo de recorrer importará na decadência do direito de recurso.

14.3 Sempre que for interposto recurso, deverá ser juntado aos autos os documentos, por ventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

14.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis.

14.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

14.5 As razões e contrarrazões do inconformismo serão dirigidas ao Diretor Executivo do CIGA e deverão ser enviadas ao Pregoeiro, na forma do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

14.5.1 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pelo não provimento ou pelo provimento do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Diretor Executivo do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

14.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1 Declarado o vencedor da licitação para o lote único e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro Adjudicará o objeto ao vencedor, e o processo será remetido ao Diretor Executivo do CIGA para homologação.

15.2 No caso de interposição de recurso, o Diretor Executivo do CIGA adjudicará o objeto ao vencedor e homologará o processo.

## **16. DA CONTRATAÇÃO**

16.1 Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, na Gerência Administrativa do CIGA, a partir da comunicação por escrito para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993.

16.2 Ocorrendo a decadência de que trata o item anterior, serão convocados os demais licitantes para contratar o objeto desta licitação pelo preço registrado na sessão, observada a ordem de classificação para o lote único e em conformidade com o disposto no subitem 12.14 deste Edital.

## **17. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

17.1 A execução dos serviços processar-se-á conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta do Contrato (Anexo IX).

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1 Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados conforme previsto na Minuta do Contrato – Anexo IX deste Edital.

## **19. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**

19.1 Eventuais reajustes dos preços e reequilíbrio econômico-financeiro serão efetuados conforme previsto na Minuta do Contrato – Anexo IX deste Edital.

## **20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com a Atividade nº 2002 – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI, no elemento de despesa 3.3.90.39.08 (manutenção de software), para o exercício de 2016, e, para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO**

21.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o CIGA pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 21.1.1 Cometer fraude fiscal;
- 21.1.2 Apresentar documento falso;
- 21.1.3 Fizer declaração falsa;
- 21.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.5 não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 21.1.6 deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 21.1.7 não manter a proposta.

21.2 Para os fins da Subcondição 21.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, todos da Lei n.º 8.666/93.

21.3 As demais hipóteses de rescisão e sanções administrativas estão previstas na Minuta do Contrato – Anexo IX deste Edital.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará aceitação de todas as disposições do presente edital.

22.2 Assegura-se ao CIGA o direito de:

22.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

22.2.2 Anular ou revogar presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas às exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

23.2.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93.

22.2.3 Adiar a data da sessão; e

22.2.4 Acrescer ou suprimir quantitativamente o objeto desta licitação em até 25% (vinte e cinco por cento), por decisão unilateral, conforme dispõe o art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

22.3 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

22.4 O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

22.5 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

22.6 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

22.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.8 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no CIGA.

22.9 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

22.10 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

22.11 Não será permitido o uso de celulares durante a sessão pública deste Pregão, salvo mediante autorização do Pregoeiro.

22.12 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

22.13 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 17 de agosto de 2016.

**GILSONI LUNARDI ALBINO**

Diretor Executivo do CIGA

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

---

##### LOTE ÚNICO

Contratação de empresa especializada no desenvolvimento de sistemas para prestação de serviços de implantação, capacitação, manutenção mensal, suporte técnico e desenvolvimento de novas funcionalidades e customização, sob demanda, do sistema de gestão de obras (G-Obras) pertencente ao CIGA relativo ao acompanhamento, gerenciamento e análise de dados básicos e contratos de obras públicas em andamento no âmbito municipal.

##### 1.1 Detalhamento do Sistema

O detalhamento do sistema de gestão de obras (G-Obras) e os termos dos serviços de responsabilidade do CIGA com os municípios consorciados contratantes, que serão assumidos pela contratada, encontram-se disponíveis em: <https://ciga.sc.gov.br/portfolio-item/gestaodeobras/> e no item "6" do Caderno de Serviços do CIGA disponível em: <https://www.ciga.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/CIGA-Caderno-de-Servi%C3%A7os.docx>.

O G-Obras é um sistema destinado aos setores municipais de planejamento e controle de obras, para a elaboração e administração de projetos de arquitetura e engenharia, com controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras, integrado a uma ferramenta de elaboração de orçamentos, seguindo os padrões da Caixa Econômica Federal - CEF, com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA, TCE e outras que podem ser integradas sob solicitação.

O sistema permite a elaboração de orçamento detalhado da obra, com a utilização de várias tabelas de referência, tais como: SINAPI, SICRO e DEINFRA, por meio de composição e cotação própria ou, também, por meio da importação de orçamento de obras de outros municípios que utilizam o sistema (caso estes tornem suas obras visíveis), bem como permite ao usuário disponibilizar seus orçamentos de obras para outros municípios usuários do sistema.

O G-Obras fornece, ainda, ferramenta para medição do andamento da conclusão da obra, acompanhamento das etapas, emissão de relatórios de acompanhamentos, elaboração de cronogramas, cadastro de orçamento (pós-licitação), visualização dos locais de obra em mapa de georreferenciamento, integração de dados com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (através do sistema e-Sfinge), integração com a Caixa Econômica Federal - CEF (para prestação de contas e envio automático de orçamentos).

O sistema G-Obras é vinculado à tabela SINAPI/SC de construção civil e atualizado mensalmente, gerando automaticamente documentos nos padrões da Caixa Econômica Federal, tais como: orçamentos, cronogramas, orçamentos pós-licitação, cronogramas pós-licitação, orçamentos reprogramados, cronogramas reprogramados, boletins de medição, resumos da medição e ofícios.

## **1.2 Detalhamento do Serviço**

Ao usuário do sistema G-Obras compete à inserção e atualização de dados no sistema, bem como a sua análise, acompanhamento de licitações e andamento das obras sob sua responsabilidade.

Será competência da CONTRATADA disponibilizar o serviço, prestar suporte técnico, sanar dúvidas operacionais e/ou eventuais problemas técnicos, bem como às demais atividades necessárias à consecução da prestação do serviço.

Entende-se por disponibilização do serviço:

a) A disponibilização de acesso ao novo município contratante do sistema G-Obras com todos os dados disponibilizados pela CEF referentes às tabelas SINAPI do município.

Entende-se por suporte técnico:

a) O cadastro, a atualização cadastral e a inativação de cadastro de usuários, desde que fornecidas todas as informações à consecução do mesmo: nome completo do usuário, cargo ou função, CPF, telefone, e-mail;

b) A parametrização de perfil de acesso e de deferimento de usuários, desde que fornecidas todas as informações necessárias e que a solicitação seja oriunda do Administrador Local do Sistema;

c) Recuperação de senha de usuário;

d) Capacitação de usuários na utilização do sistema, remotamente ou na sede do CIGA, observada previamente a disponibilidade de data para a execução da mesma; e

e) Esclarecimento de dúvida operacional relativa ao uso do sistema.

Entende-se por eventuais problemas técnicos:

a) Inacessibilidade do sistema; e

b) Correção de dados da base de dados que apresentem resultados divergentes do informado pelo usuário ou do enviado pelas demais entidades, desde que constatado o erro devido a mau funcionamento da aplicação. Não serão efetuadas, sob hipótese alguma, alterações de

caráter corretivo oriundas de preenchimento incorreto ou equivocado por parte do usuário responsável pela inserção de dados.

Entende-se por demais atividades:

- a) Comunicação ao usuário de indisponibilidade do sistema por manutenção preventiva, pendência contratual ou outra eventual causa com antecedência; e
- b) Sincronização de dados entre o G-Obras e a as bases de dados das tabelas SINAPI da CEF.

### **1.3 Acordo de Nível de Serviço – SLA**

Todos os chamados encaminhados à Central de Atendimento do CIGA – CAC, relativos à prestação de serviço do G-Obras ou aos subitens anteriormente descritos neste tópico, terão seu primeiro retorno ao usuário ou cliente e/ou encaminhamento ao responsável pela sua resposta/execução/resolução em até 2 (duas) horas após a sua abertura, observado o horário comercial.

Ressalvada eventual impossibilidade justificada da consecução da prestação do serviço anteriormente descrito, que caracterize caso fortuito, força maior ou, ainda, alteração da configuração do serviço por parte do contratante, a CONTRATADA deve assegurar assegura a disponibilidade do serviço e a disponibilização do serviço de acesso e utilização do sistema G-Obras nos termos abaixo listados:

- a) Liberação de acesso ao sistema G-Obras com disponibilização das tabelas SINAPI da CEF relativas a novos contratos em até 48 (quarenta e oito horas) úteis após o recebimento da minuta de contrato devidamente assinada, com um percentual de aproveitamento de 100% (cem por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses, em conformidade com o prazo de execução acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA;
- b) Cadastro e habilitação de novos usuários, atualização de dados cadastrais e inativação de perfil de usuários a pedido do contratante em até 48 (quarenta e oito) horas úteis após o recebimento da solicitação, desde que disponibilizados pelo solicitante todas as informações e documentos necessários à execução do mesmo, bem como o envio do Termo do Cadastro de Usuário devidamente preenchido e assinado efetuado em tempo hábil, com um percentual de 96% (noventa e seis por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses em conformidade com o prazo acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA;
- c) Parametrização de perfil de acesso de usuário em até 48 (quarenta e oito) horas úteis após o recebimento da solicitação emitida pelo Administrador Local do G-Obras ou seu superior hierárquico, desde que disponibilizados pelo solicitante todas as informações e documentos necessários à execução do mesmo, com um percentual de 96% (noventa e seis por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses em conformidade com



prazo de execução acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA;

d) Recuperação de senha a pedido do usuário em até 4 (quatro) horas úteis após o recebimento da mesma, com um percentual de 99% (noventa e nove por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses em conformidade com o prazo acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA;

e) Capacitação de usuário no uso do sistema, desde que haja data disponível, a ser realizada na sede do CIGA ou remotamente caso haja possibilidade técnica para tal, em até 30 (trinta) dias decorrida a solicitação, desde que disponibilizados pelo solicitante todas as informações e documentos necessários à execução da mesma, com um percentual de 99% (noventa e nove por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses em conformidade com o prazo acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA.

f) Resposta à dúvida operacional encaminhada pelo usuário em até 4 (quatro) horas úteis após o recebimento desta, desde que relativa ao uso do sistema, de que não dependa de parecer de terceiros e de que disponibilizados pelo solicitante todas as informações e documentos necessários à consecução da mesma, com um percentual de 96% (noventa e seis por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses em conformidade com o prazo acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA;

g) Correção da inacessibilidade do sistema, desde que esta tenha origem na aplicação ou no servidor do CIGA, em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da solicitação do usuário, com um percentual de 96% (noventa e seis por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses em conformidade com o prazo acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA;

h) Correção de divergência de dados enviados pelos demais órgãos conveniados e o disponibilizado no G-Obras, ou da ausência dos mesmos, observadas as condições anteriormente descritas, em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após o recebimento da solicitação, com um percentual de 96% (noventa e seis por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses em conformidade com o prazo acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA;

i) Comunicação de indisponibilidade do sistema para manutenção preventiva em até 72 (setenta e duas) horas antes da suspensão do acesso ao mesmo, por um período não superior a 24 (vinte e quatro) horas úteis, ou de indisponibilidade por qualquer outro motivo tão logo constatada com um percentual de 99% (noventa e nove por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses em conformidade com o prazo acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA;

j) Sincronização dos dados do G-Obras com a base de dados dos demais órgãos conveniados em até 72 (setenta e duas) horas após o recebimento destes, com um percentual de 90% (noventa por cento) dos atendimentos aferidos no intervalo dos últimos 12 (doze) meses em

conformidade com o prazo acima estabelecido e dentro dos níveis de qualidade estipulados no Caderno de Serviços do CIGA.

Resumo dos SLAs previstos nos contratos atuais do CIGA com os municípios

Serviço	Prazo	SLA
Disponibilização de acesso a novo contrato	48 horas	100%
Cadastro de usuário	48 horas	96%
Parametrização de perfil de usuário	48 horas	96%
Recuperação de senha de acesso	04 horas	99%
Capacitação	30 dias	99%
Suporte às dúvidas operacionais	04 horas	96%
Recuperação de acessibilidade do sistema	24 horas	96%
Correção de divergências no banco de dados	24 horas	96%
Comunicação de indisponibilidade	72 horas	99%
Sincronização de tabelas	72 horas	90%

#### 1.4 Da infraestrutura dos serviços que serão mantidos pela CONTRATANTE

São elementos que compõem a infraestrutura dos serviços prestados que serão mantidos pela CONTRATANTE:

- a) *Data center* para a disponibilização de servidores *web*, para fins de hospedagem da aplicação, registro e consulta de dados relacionados à mesma;
- b) Sistema de climatização dedicado para os equipamentos de processamento de dados;
- c) Sistema de controle de acesso físico às instalações do *data center*, bem como aplicativo de restrição de acesso virtual aos dados do mesmo;
- d) Infraestrutura de conectividade entre o *data center* e a internet;
- e) Energia elétrica estabilizada, com fornecimento continuado, independente do fornecedor local assegurado pelo uso de *no-breaks*;
- f) Sistema de *backup* e *recovery* dos dados do *data center*, e
- g) Disponibilização de endereço eletrônico na internet para acesso ao sistema com alta disponibilidade.

#### 1.5 Dos requisitos funcionais presentes no sistema G-Obras

O G-Obras funciona em arquitetura *Web* e é operado em infraestrutura de *data center* do CIGA.

O acesso ao sistema para os usuários acontece via internet (*browser*).

O G-Obras permite acesso por nível de usuário, sendo que para cada município existe um administrador responsável por conceder os acessos dos módulos aos demais usuários. Além disso, o G-Obras permite que um usuário, por exemplo um engenheiro, possa estar cadastrado como usuário em mais de um município, ou ainda uma visualização por nível de associação de municípios.

O CIGA tem um usuário administrador para os casos de gerenciamento ou perdas de senhas.

O G-Obras é destinado, especialmente, aos responsáveis pelo orçamento e acompanhamento da obra. Esse sistema contém informações da obra, tais como: localidade, área e projeto, além do cadastro de orçamentos, cronogramas e medições. Ainda possui funcionalidades para facilitar os processos por meio de redução proporcional de valores de itens agrupados do orçamento, gerador de planilhas no formato XLS dos orçamentos e importação de planilhas de orçamentos vindas de empreiteiras para o Sistema.

São módulos do G-Obras:

#### 1.5.1 Informações da Obra

Na opção informações da obra, o projetista pode cadastrar todas as informações da obra e enviar projetos para serem visualizados por outros usuários com acesso ao município. A tela de informações de obra contém os seguintes itens:

- Descrição (Breve descritivo da obra);
- Logradouro e complemento (Endereço de onde se encontra a obra);
- Quadra e Lote;
- Bairro;
- CEP;
- Longitude e Latitude;
- Dimensões da Obra (Área existente, área a reformar, área ampliada e área total);
- Responsável CREA/CAU (Responsável técnico pelos orçamentos).

#### 1.5.2 Cadastros de Orçamentos das Obras

Todas as informações dos itens que compõem a obra e seus grupos são pré-disponibilizados através dos grupos contidos em uma obra, tais como: instalações preliminares e demolição.

Nesse módulo temos os seguintes campos:

- Grupo (grupo a ser vinculado ao orçamento);
- Número do item (sequencial deste grupo no orçamento);

Todos os grupos são vinculados por meio de um cadastro pré-disponibilizado pelo sistema, e nessa tela também será possível especificar o percentual de BDI do orçamento, alterando seu valor total de forma automática, bem como com a possibilidade de efetuar cópias de

orçamentos a partir do orçamento carregado na tela, facilitando a confecção de orçamentos similares a orçamentos que já existam no sistema.

É possível ainda adicionar grupos, remover grupos, mover grupos para cima ou para baixo, afetando também os subgrupos de forma automática.

Nas telas de consultas de grupos, o usuário pode efetuar buscas detalhadas a partir de qualquer descrição. Após o usuário efetuar a busca, a seleção pode ser realizada por meio de clique na linha desejada.

No módulo de cadastro de itens da composição do orçamento, o usuário tem como campos:

- Item (item da composição a ser vinculada ao grupo);
- Número do item (sequencial deste item no orçamento);
- Unidade de medida (já sugerida pelo sistema através do cadastro dos itens);
- Valor unitário (esse valor pode ser alterado, porém o sistema vincula como sugestão através do cadastro dos itens);
- Quantidade (é o quantitativo informado pelo usuário);
- Fonte de recurso.

Estão disponíveis várias informações dos itens a serem vinculadas ao grupo do orçamento, além de várias maneiras para efetuar uma consulta de itens dentro das tabelas do sistema, sendo pelo menos as seguintes:

- Tipo da tabela (obrigatório, o usuário deve selecionar qual tabela fazer a consulta);
- Descrição (descrição ou parte da descrição do item);
- Código (código de referência do item na tabela escolhida);
- Mês (mês de referência da tabela a ser consultada);
- Ano (ano de referência da tabela a ser consultada).

### 1.5.3 Cronograma ao Orçamento

Após o orçamento confeccionado no Sistema, o usuário tem a opção de fazer o cronograma da obra baseado pelos grupos do orçamento.

O lançamento das informações do cronograma parte de apenas 3 (três) itens para compor o cronograma:

- Grupo (grupo do orçamento);
- Mês de referência (mês de referência do cronograma);
- Porcentagem (percentual a ser atingido).

### 1.5.4 Boletim de Medições

Com as informações de cronograma dispostas no Sistema, basta o usuário lançar as medições da obra. A partir das medições de obra lançadas, é possível controlar o andamento

das obras e o Sistema acusa a obra que está com o cronograma em atraso.

No módulo de medições de obra, o usuário pode enviar fotos da obra que podem ser acessadas por outros usuários com acesso ao município.

Os campos para lançamento de uma medição são:

- Obra (obra vinculada ao orçamento);
- Mês de referência (mês de referência da medição, deve ser o mesmo mês informado no cronograma da obra);
- Número da medição;
- Data da medição;
- Composição (item a ser medido); e
- Executado (quantidade executada na medição).

#### 1.5.5 Relatórios

O G-Obras dispõe de relatórios possíveis para impressão ou gravação em arquivos de todas as obras cadastradas, tanto para fins de apresentação aos órgãos financiadores, como para a gestão do município, ou mesmo para o acompanhamento das obras pelos construtores, sendo que os seguintes estão configurados:

- Orçamento sintético;
- Orçamento DTB (Documentação Técnica Básica);
- Cronograma Físico Financeiro; e
- Cronograma DTB (Documentação Técnica Básica).

#### 1.5.6 Utilitários

##### 1.5.6.1 Ajuste de Totais

Existe um módulo no G-Obras para uma tela de "ajuste" financeiro, na qual podem ser alterados o valor ou quantidade dos itens por grupo, conforme seleção do próprio usuário. O G-Obras faz uma simulação dos valores antes de serem aplicados no orçamento e o usuário pode gerar um relatório antes de aplicar os valores.

##### 1.5.6.2 Geração de Planilhas do Orçamento

Após o orçamento confeccionado, o G-Obras permite a geração de planilha no formato xls com células bloqueadas, para que somente sejam alterados os valores unitários de cada item para fins de levantamento de cotação para licitação. Tal opção facilita para as empreiteiras o levantamento de preços para licitação e agiliza, ainda mais, o processo de licitação e, conseqüentemente, a execução da obra.

##### 1.5.6.3 Importação de Planilhas

O G-Obras permite aos usuários compor orçamentos a partir de itens orçados por empresas terceirizadas como, por exemplo, no caso de um projeto elétrico desenvolvido por uma empresa licitada no município, ou no caso de existir um orçamento com milhares de itens. Nessa opção, o G-Obras importa os itens da planilha e grava diretamente no orçamento da DTB (Documentação Técnica Básica) e já disponibiliza esses itens no cronograma.

O orçamento contém as seguintes colunas:

- Coluna A: Sequencial do item;
- Coluna B: Quantidade;
- Coluna C: Unidade de medida;
- Coluna D: Descrição completa do item; e
- Coluna E: Valor Unitário.

#### 1.5.7 E-Sfinge-Obras

O G-Obras contém, de forma integrada aos módulos de medição e de acompanhamento de obras, todas as especificações necessárias para a geração de informações ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, conforme os *layouts* disponíveis no site ([tce.sc.gov.br](http://tce.sc.gov.br))

Essas informações e demais especificadas pelo TCE podem ser exportadas diretamente para o G-Obras e-Sfinge Obras ou para o G-Obras de informações da prefeitura.

Atualmente, somente municípios de Santa Catarina estão utilizando o sistema G-Obras.

#### 1.5.8 Atualizações Padrões

A CONTRATADA é a responsável pelo abastecimento inicial e atualização dos itens para o orçamento, conforme tabelas padrões dos principais financiadores nacionais e estaduais, sendo obrigatório, no mínimo, as seguintes tabelas:

- SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil);
- SICRO (Sistema de Custos de Obras Rodoviárias);
- Preço de Mercado; e
- Bancos de Fomento e Financiamento.

#### 1.5.9 Sistema de Gerência de Convênios e Contratos

Além da gestão de obras, o G-Obras contém estrutura na qual podem ser cadastrados, para fins de acompanhamento, os projetos e contratos com os governos Federal e Estadual, contendo avisos e notificações sobre prazos para apresentações de documentações obrigatórias que asseguram os recursos dos possíveis projetos e obras.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

---

A presente contratação faz-se necessária, considerando o encerramento do contrato administrativo n.º 110/2012 em 28 de maio de 2016, cujo objeto é a prestação continuada de serviços, qual seja, sistema de gestão de obras, em arquitetura web, direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo esses nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB), e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação, conforme as disposições do Edital de Tomada de Preços n.º 01/2012 e seus anexos; considerando que com o encerramento do referido contrato, nos termos da cláusula décima oitava – Da Transferência de Tecnologia, está previsto o seguinte em seu parágrafo segundo: *§ 2º Ao final do presente contrato, não havendo a prorrogação do mesmo, ou em caso de rescisão antecipada, a CONTRATADA transferirá ao CONTRATANTE toda a tecnologia necessária à continuidade do Sistema e demais módulos que porventura vierem a ser adicionados ao sistema, em especial os códigos fontes e documentação respectiva;* considerando que, embora o CIGA receba toda a tecnologia necessária à continuidade do Sistema, o CIGA não dispõe de pessoal capacitado para assegurar a continuidade deste serviço aos entes consorciados; considerando que, conforme informação da Gerência Administrativa, o CIGA não dispõe de garantia orçamentária para convocação de mais um programador, tendo em vista o cumprimento do limite de gasto com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual poderia ser treinando para assumir as demandas do sistema; considerando que existem contratos ativos com municípios consorciados relativos ao sistema de Gestão de Obras (G-Obras) até 31 de dezembro de 2016, e que o mesmo precisa ser mantido com qualidade; considerando que os municípios contratantes tendem a continuar utilizando o sistema nos próximos exercícios, bem como se verifica um crescente interesse de outros municípios para iniciar a contratação deste sistema de gestão de obras; e considerando que o CIGA, atualmente, possui 279 contratos de prestação de serviços de sistemas diversos nas seguintes quantidades: 18 contratos para o Sistema de Gestão de Obras – G-Obras; 220 contratos para o Sistema de Gestão do Simples Nacional – G-Simples; 256 contratos para o Sistema do Registro Mercantil Integrado – REGIN; 4 contratos para o Sistema de Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota; 182 contratos no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC; 1 contrato para Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo – DOM/ES; e 84 portais de Câmaras de Vereadores – G-Câmara, sendo que a prestação de tais serviços atualmente demandam o esforço de toda a equipe de tecnologia do CIGA.

## **3. DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

### **3.1 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E SERVIÇOS**

#### **3.1.1 Serviços de Implantação**

A CONTRATADA será responsável por planejar e executar as ações para implantação do sistema para cada novo município que desejar contratar a utilização do programa.

O planejamento da implantação deverá ser realizado em no máximo 2 (dois) dias úteis contados da data de solicitação efetuada pelo CIGA, e o prazo para disponibilização do sistema aos usuários será de 2 (dois) dias úteis a partir do retorno do planejamento por parte da CONTRATADA, ressalvados os prazos de projetos de grande porte, previamente acordados com o município contratante.

Por tratar-se de sistema em “nuvem”, a disponibilização e o planejamento poderão ser realizados remotamente, mediante ativação do município e a criação do usuário administrador no sistema G-Obras, sendo possível a realização de planejamento e discussão com o município acerca do levantamento de horas necessárias na hipótese de personalização ou adequação da ferramenta.

Qualquer tipo de serviço que ensejar horas técnicas adicionais deverá ser previamente autorizado pelo município e pelo CIGA antes de sua execução.

A implantação do G-Obras no município será considerada concluída a partir da homologação de funcionamento fornecida pelo usuário administrador do respectivo município.

### **3.1.2 Serviços de Capacitação**

O serviço de capacitação poderá ocorrer de maneira presencial e/ou remota, conforme acordado no planejamento de implantação com o município contratante, pelo CIGA e a contratada.

A implantação poderá demandar um determinado número de horas para capacitação dos usuários de forma presencial ou remota, para a correta utilização do sistema, suas funcionalidades e formas de utilização, bem como para explicação do funcionamento do suporte técnico e atendimento ao cliente nas funcionalidades previstas no Caderno de Serviços do CIGA.

Quanto às hipóteses de capacitação:

- a) Nas hipóteses de capacitação remota, estas poderão ser realizadas diretamente da sede da contratada;
- b) Nas hipóteses de capacitação presencial na sede do CIGA, não serão realizados pagamentos de deslocamento à CONTRATADA; e
- c) Nas hipóteses de capacitação nas sedes dos municípios serão reembolsados, apenas, os valores com base na distância do deslocamento, cujo valor será de R\$ 0,80 por quilômetro rodado, sendo a distância do deslocamento calculada tendo como endereço de origem e retorno a sede do CIGA, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, sala 1307, Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800.

Em nenhuma das hipóteses anteriores serão pagos ou reembolsados, a qualquer título, despesas de alimentação, hospedagem ou diárias.



### 3.1.3 Serviços de Personalização, Melhorias e Novos Desenvolvimentos

A CONTRATADA também será responsável pelo desenvolvimento em caráter evolutivo com o intuito de melhoria do sistema atual.

A CONTRATADA sempre que solicitada deverá proceder serviços de personalização/adaptação e importação/conversão de dados de sistemas legados ou mesmo planilhas eletrônicas de obras previamente cadastradas que venham facilitar ou agilizar o início dos trabalhos pelos municípios contratantes.

O desenvolvimento em caráter evolutivo abrangerá: melhorias de desempenho; interface; novas funcionalidades; entre outras necessidades relatadas pelo CIGA ou por usuários do sistema, mediante análise, planejamento e contratação por parte do CIGA.

A CONTRATADA será responsável por executar os novos desenvolvimentos, mediante alocação de horas técnicas, conforme demanda, nos seguintes termos:

- As melhorias e/ou novos desenvolvimentos deverão ser testados e homologados pelo CIGA antes de utilização pelos usuários do sistema;
- Todo processo de desenvolvimento deverá possuir um plano de trabalho detalhado com as ações necessárias para execução do projeto, que deverá ser submetido à aprovação do CIGA durante a fase inicial do projeto. Este plano deverá possuir as atividades a serem realizadas, prazos, fases de cada etapa e o resultado esperado, além de definir os participantes envolvidos e suas responsabilidades; e
- A medição dos trabalhos será realizada a partir das horas previamente acordadas para cada melhoria/novo desenvolvimento, após a homologação pelo CIGA, em ciclos de homologação de 30 dias.

### 3.1.4 Manutenção Mensal

A CONTRATADA deverá efetuar manutenção mensal no sistema de gestão de obras do CIGA, cuja tecnologia existente é Java com *JSF(Java Server Faces)*, *interface richfaces* e banco de dados relacional *MySQL*, em todos os módulos pertencentes ao sistema: gestão municipal de convênios, obras e engenharia e tribunal de contas.

Os serviços de manutenções mensais abrangerão:

- Serviços de liberação de novos usuários do sistema;
- Suporte técnico básico;
- Correções de problemas encontrados por usuários, destinadas à remoção de defeitos ou eliminação de falhas de software que causem a interrupção de alguma funcionalidade existente no software disponibilizado;
- Implementações de atualizações inerentes à legislação; e
- Atualização dos valores das tabelas padrões dos principais financiadores nacionais e estaduais, sendo obrigatório: SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), SICRO (Sistema de Custos de Obras Rodoviárias), DEINFRA

(Departamento Estadual de Infraestrutura), incluindo suas composições e outras que sejam disponibilizadas por órgãos financiadores.

A manutenção mensal deverá ser realizada em acordo com os itens 1.1, 1.2 e 1.3 do presente Anexo I – Termo de Referência.

### **3.1.5 Suporte Técnico Avançado**

A CONTRATADA será responsável pelo atendimento a ser realizado por telefone e/ou e-mail com o intuito de prestar suporte ao cliente, sanar dúvidas e resolver possíveis problemas, que nos casos de maior complexidade, com demanda de horas técnicas de atendimento, deverão ser previamente autorizados pelo CIGA.

O suporte deverá ser prestado de segunda a sexta-feira das 9h às 17h.

O Suporte Técnico Avançado deverá ser realizado em acordo com os itens 1.1, 1.2 e 1.3 do presente Anexo I – Termo de Referência.

## **3.2 CONDIÇÕES GERAIS**

Das obrigações da CONTRATADA:

- Confidencialidade: compromisso em não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
- Compromisso em não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações;
- Após término de Contrato, acerca das informações dos documentos, todos os dados são exclusivamente de propriedade da Contratante e serão disponibilizados na integralidade sempre que solicitados em formato digital e sem qualquer custo. A CONTRATADA deve se responsabilizar por manter a guarda segura destes dados, mas não pelo conteúdo dos documentos.

Das obrigações do CIGA:

- O CIGA repassará à CONTRATADA os valores referentes às horas técnicas alocadas na execução dos serviços contratados;
- O deslocamento da CONTRATADA aos municípios contratantes do sistema será reembolsado pelo CIGA nos seguintes termos:
  - i. O valor reembolsado será com base na distância do deslocamento, cujo valor será de R\$ 0,80 por quilômetro rodado;
  - ii. O deslocamento será calculado tendo como endereço de origem e retorno a sede do CIGA, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, sala 1307, Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800;
  - iii. Para fins de reembolso a CONTRATADA deverá apresentar o relatório da visita efetuada, comprovantes das despesas e o formulário de deslocamento, fornecido

pelo CIGA, devidamente preenchido.

### 3.3 DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços contratados no presente Edital em até 10 (dez) dias úteis da data de assinatura do contrato.

### 3.4 DA ESTIMATIVA DE HORAS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	HORAS MENSAIS
Manutenções Mensais	60h

ITEM	HORAS ANUAIS ESTIMADAS
Serviços de Capacitação e de Suporte Técnico Avançado (serviços sob demanda)	800h
Serviços de Implantação, Personalização, Melhorias e Novos Desenvolvimentos (serviços sob demanda)	1200h

## ANEXO II

### ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

#### 1. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DA ESTIMATIVA

A Planilha de Custos informa o preço máximo para o objeto desta licitação, em conformidade com a estimativa de custos realizada a partir dos valores das horas técnicas previstas em contratos vigentes com os seguintes fornecedores de sistemas ao CIGA: Célula4 Sistemas para Internet Eireli, 1Doc Tecnologia Ltda. - ME. e Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação Eireli ME.

#### LOTE ÚNICO:

ITEM	HORAS MENSAIS	VALOR DA HORA TÉCNICA	VALOR MENSAL
Manutenções Mensais	60h	R\$ 140,00	R\$ 8.400,00
<b>Preço Anual Máximo</b>			<b>R\$ 100.800,00</b>

ITEM	HORAS ANUAIS ESTIMADAS	VALOR DA HORA TÉCNICA	VALOR ANUAL
Serviços de Capacitação e de Suporte Técnico Avançado (serviços sob demanda)	800h	R\$ 140,00	R\$ 112.000,00
Serviços de Implantação, Personalização, Melhorias e Novos Desenvolvimentos (serviços sob demanda)	1200h	R\$ 140,00	R\$ 168.000,00
<b>Preço Anual Máximo</b>			<b>R\$ 280.000,00</b>

<b>Preço Máximo do Lote Único em 48 meses</b>	<b>R\$ 1.523.200,00</b>
---	-------------------------

A estimativa de horas relativas às manutenções mensais foi realizada considerando o suporte fornecido aos municípios que possuem contrato para utilização do sistema G-Obras. Atualmente, são os seguintes municípios:

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>UF</b>	<b>ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS</b>
ALTO BELA VISTA	SC	AMAUC
ARROIO TRINTA	SC	AMARP
BARRA BONITA	SC	AMEOSC
BELA VISTA DO TOLDO	SC	AMPLANORTE
BIGUAÇU	SC	GRANFPOLIS
BRUSQUE	SC	AMMVI
CAÇADOR	SC	AMARP
CANOINHAS	SC	AMPLANORTE
CURITIBANOS	SC	AMURC
FRAIBURGO	SC	AMARP
GRÃO PARÁ	SC	AMUREL
GRAVATAL	SC	AMUREL
ITAPEMA	SC	AMFRI
JOAÇABA	SC	AMMOC
PALHOÇA	SC	GRANFPOLIS
PEDRAS GRANDES	SC	AMUREL
PONTE ALTA DO NORTE	SC	AMURC
SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	SC	AMURC

### ANEXO III

### FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ CNPJ N.º \_\_\_\_\_

Telefone/Fax: \_\_\_\_\_

Dados Bancários:

Banco n.º: \_\_\_\_\_ Agência n.º: \_\_\_\_\_ Conta Corrente n.º: \_\_\_\_\_

A presente proposta tem como objeto a execução dos serviços abaixo discriminados, de acordo com as especificações constantes do presente Edital:

#### LOTE ÚNICO:

ITEM	HORAS MENSAIS	VALOR DA HORA TÉCNICA	VALOR MENSAL
Manutenções Mensais	60h		
<b>Preço Anual Máximo</b>			

ITEM	HORAS ANUAIS ESTIMADAS	VALOR DA HORA TÉCNICA	VALOR ANUAL
Serviços de Capacitação e de Suporte Técnico Avançado (serviços sob demanda)	800h		
Serviços de Implantação, Personalização, Melhorias e Novos Desenvolvimentos (serviços sob demanda)	1200h		
<b>Preço Anual Máximo</b>			

<b>Preço Máximo do Lote Único em 48 meses</b>	
---	--

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ .

## ANEXO IV

### CARTA DE PREPOSIÇÃO

O Licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na Av./Rua \_\_\_\_\_, nomeia o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, como seu preposto na licitação instaurada pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 04/2016/CIGA, para tanto autoriza este a apresentar proposta e formular lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

---

Nome e assinatura do representante legal do licitante\*  
(com firma reconhecida)

\* Este documento deverá ser assinado pelo representante legal indicado no ato constitutivo da empresa.

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Optante do SIMPLES/Nacional ( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes da sessão de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.



**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

....., inscrito no CNPJ sob o n.º ....., por  
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de  
Identidade n.º ..... e do CPF n.º ....., **DECLARA**, para fins do disposto no  
inciso V, artigo 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º  
9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho  
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII,  
da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

..... de ..... de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Diretor ou representante legal  
CPF n.º: .....

## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4.º da Lei n.º 10.520/2002 e para os fins do Pregão Presencial n.º 04/2016/CIGA, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa  
(nome e número da identidade)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes da sessão de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO**

Declaro, para fins de participação no Pregão Presencial n.º 04/2016/CIGA, que a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o n.º ....., representada pelo(a) Sr(a). ....., tem pleno conhecimento das instalações, ..... locais, equipamentos, condições, circunstâncias e informações necessárias à elaboração de sua proposta de preços.

....., ..... de ..... de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante da Licitante

Nome:.....

Cédula de Identidade:

## ANEXO IX

### MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E \_\_\_\_\_, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS.**

O **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA**, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (cargo ou função), inscrito(a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, resolvem celebrar **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**Cláusula Primeira.** O presente Contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao Processo Administrativo n.º 15/2016/CIGA, ao Pregão Presencial n.º 04/2016/CIGA e à proposta da CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA aos preceitos de direito público e à presente legislação:

- a) Lei n.º 10.520/02;
- b) Lei n.º 8.666/93;
- c) Lei n.º 9.610/98;
- d) Código de Defesa do Consumidor;
- e) Código Civil;
- f) Código Penal;
- g) Código Processo Civil;

- h) Código Processo Penal;
- i) Legislação trabalhista e previdenciária; e
- j) demais normas aplicáveis.

**Parágrafo Único.** Aplicam-se, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 combinado com o inciso XII do artigo 55, ambos da Lei n.º 8.666/93.

## DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

**Cláusula Segunda.** O objeto será executado de forma indireta e sob regime misto, compreendendo a prestação de todos os serviços de manutenções mensais do Sistema por preço global, assim como os serviços de capacitação, suporte técnico avançado, implantação, personalização, melhorias e novos desenvolvimentos relativos ao sistema por preço unitário, mediante requisições de misteres efetuadas em datas e quantidades fixadas discricionariamente pelo CIGA, tendo como limites a vigência e o valor do contrato, conforme determina o art.6º, inciso VIII, alíneas "a" e "b", e o art.10, inciso II, alíneas "a" e "b", ambos da Lei n.º 8.666/93.

## DO OBJETO DO CONTRATO

**Cláusula Terceira.** Contratação de empresa especializada no desenvolvimento de sistemas para prestação de serviços de implantação, capacitação, manutenção mensal, suporte técnico e desenvolvimento de novas funcionalidades e customização, sob demanda, do sistema de gestão de obras (G-Obras) pertencente ao CIGA relativo ao acompanhamento, gerenciamento e análise de dados básicos e contratos de obras públicas em andamento no âmbito municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Presencial n.º 04/2016/CIGA.

## DO VALOR

**Cláusula Quarta.** Dá-se a este contrato o valor global estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), para os serviços previstos na Cláusula Terceira e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Sexta, sendo:

ITEM	HORAS MENSAIS	VALOR DA HORA TÉCNICA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Manutenções Mensais	60h	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____

ITEM	HORAS ANUAIS ESTIMADAS	VALOR DA HORA TÉCNICA	VALOR ANUAL
Serviços de Capacitação e de Suporte Técnico Avançado (serviços sob demanda)	800h	R\$ _____	R\$ _____
Serviços de Implantação, Personalização, Melhorias e Novos Desenvolvimentos (serviços sob demanda)	1200h	R\$ _____	R\$ _____

<b>VALOR TOTAL GERAL</b>	R\$ _____
--------------------------	-----------

#### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Cláusula Quinta.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com a Atividade nº 2002 – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI, no elemento de despesa 3.3.90.39.08 (manutenção de software), para o exercício de 2016, e, para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

#### DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

**Cláusula Sexta.** O prazo de execução dos serviços será mensal, iniciando a partir da assinatura deste contrato.

**Parágrafo único.** Este contrato terá duração até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, até o limite de 48 meses, e desde que atendidos a todos os requisitos abaixo:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantagem econômica do valor do contrato para a Administração; e
- e) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

#### DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

**Cláusula Sétima.** Não será exigida garantia da execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

## **DOS ENCARGOS DAS PARTES**

**Cláusula Oitava.** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Cláusula Nona.** A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 04/2016/CIGA, deve:

- a) dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- b) executar, integralmente e com perfeição técnica, o objeto deste contrato;
- c) cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis;
- d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- e) responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados na execução dos fornecimentos, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto;
- f) permitir o acompanhamento de todas as etapas de configuração, instalação, operação e manutenção do sistema pela equipe de informática do CONTRATANTE, além de esclarecer dúvidas e prestar outras informações técnicas durante a vigência contratual;
- g) prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;
- h) manter na infraestrutura do CIGA os códigos fontes atualizados dos módulos do sistema de gestão de obras do CIGA juntamente com diagrama Entidade/Relacionamento acompanhado do respectivo dicionário de dados, diagramas de classes das aplicações, ajuda, pacotes de componentes e ferramentas utilizadas na manutenção da solução contratada;
- i) a CONTRATADA, após ser notificada da solicitação de serviços de capacitação, suporte técnico avançado, implantação, personalização, melhorias e novos desenvolvimentos, deverá apresentar a proposta ou plano de trabalho ao CONTRATANTE;
- j) a CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega/cronograma formalizado na proposta ou plano de trabalho elaborado em comum acordo com o CONTRATANTE;

k) manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade da Solução com o ambiente computacional existente no CIGA;

l) disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;

m) impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:

m.1) protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data-limite para entrega, junto à Gerência de Tecnologia da Informação, ou, ainda, pelo e-mail:ciga@ciga.sc.gov.br, devendo, no mínimo, constar:

m.1.1) identificação do objeto, número do Pregão Presencial, número Contrato;

m.1.2) justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;

m.1.3) documentação comprobatória; e

m.1.4) indicação do novo prazo a ser cumprido.

m.2) o(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CIGA seu deferimento;

m.3) caso o CONTRATANTE conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

m.4) caso o CONTRATANTE não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;

m.5) serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega; e

n) o não cumprimento do disposto nas alíneas anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

**Parágrafo único.**São expressamente vedadas à CONTRATADA:

a) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

b) a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

c) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato; e



d) não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

**Cláusula Décima.** O CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 04/2016/CIGA, deve:

a) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;

b) efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

c) efetuar o reembolso do deslocamento da CONTRATADA aos municípios contratantes do sistema, o qual será realizado nos seguintes termos:

c.1) o valor reembolsado será com base na distância do deslocamento, cujo valor será de R\$ 0,80 por quilômetro rodado;

c.2) o deslocamento será calculado tendo como endereço de origem e retorno a sede do CONTRATANTE, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, sala 1307, Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800;

c.3) a CONTRATADA deverá apresentar o relatório da visita efetuada, comprovantes das despesas e o formulário de deslocamento, fornecido pelo CONTRATANTE, devidamente preenchido.

d) exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;

e) comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato; e

f) publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula Décima Primeira.** Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

**Cláusula Décima Segunda.** O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

**Cláusula Décima Terceira.** Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter

preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

## **DAS ALTERAÇÕES**

**Cláusula Décima Quarta.** Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

## **DO REAJUSTE**

**Cláusula Quinta.** O reajuste do valor pactuado no presente contrato atenderá às normas a seguir e dependerá de proposta escrita da CONTRATADA, passando a vigorar apenas após a decisão administrativa favorável do CONTRATANTE e nos termos da respectiva decisão administrativa.

**§1º** Havendo prorrogação do presente contrato, o valor do objeto, constante na Cláusula Quarta, poderá ser reajustado anualmente, após cada período de doze meses a contar da data de início de sua vigência.

**§2º** Cumprido o requisito do parágrafo anterior, o reajuste será efetuado de acordo com a variação do INPC, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, aplicado a partir da data limite de apresentação da proposta, conforme determinação contida no art. 3º, §1º, da Lei n.º 10.192/01 e inciso XI do art. 40 da Lei n.º 8.666/93.

**§3º** Em face do disposto no §1º do art. 2º da Lei n.º 10.192/01, não é admitido reajuste, sobre o valor a que se refere o parágrafo primeiro, no prazo inferior a 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do contrato.

## **DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**Cláusula Décima Sexta.** Este contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando o álea econômica extraordinária e extracontratual.

**§1º** O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, situada à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º

1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, com identificação do número DO CONTRATO, ou ainda, por e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br).

**§2.º** Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula Décima Sétima.** O atraso injustificado na execução do contrato, por culpa da CONTRATADA, sujeitar-lhe-á ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

I - atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do Contrato;

II - atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do Contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CONTRATANTE;

III - no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

IV - os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor total do Contrato.

V - na hipótese da aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às demais implicações legais.

**§1.º** Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas no contrato, as seguintes sanções:

I - advertência por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender a determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou fornecimentos;

II - multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

**§2.º** A multa será descontada pelo CONTRATANTE dos créditos existentes em nome da CONTRATADA e, não havendo esses, ou sendo ela maior do que o crédito, deverá ser recolhida no setor \_\_\_\_\_ do CONTRATANTE, dentro do prazo de (tempo) após a respectiva notificação. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

**§3.º** As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato ou no Edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

**§4.º** Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e as constantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na Imprensa Oficial do CONTRATANTE.

**§5.º** De acordo com o artigo 88 da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma normativo à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; ou
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**§6.º** Da aplicação das penas definidas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

**§7.º** No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**§8.º** Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.

**§9.º** O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, na \_\_\_\_\_ do CONTRATANTE, localizada no (endereço), nos dias úteis, das (horário de expediente).

**§10.º** As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2.º, da Lei n.º 8.666/93).

## **DA RESCISÃO**

**Cláusula Décima Oitava.** A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

**§ 1.º** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**§ 2.º** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

## **DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

**Cláusula Décima Nona.** A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial n.º 04/2016/CIGA, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

## **DO PAGAMENTO**

**Cláusula Vigésima.** O pagamento será realizado por meio do Banco do Brasil SA, Agência 3174-7, Florianópolis, SC.

**§ 1.º** A CONTRATADA que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.

**§ 2.º** A conta corrente indicada pela CONTRATADA deverá ser **obrigatoriamente** referente ao seu CNPJ.

**§ 3.º** A CONTRATADA deverá efetuar o faturamento no mês subsequente ao da prestação dos serviços e entregar a nota fiscal no mínimo com 3 (três) dias úteis de antecedência ao seu vencimento, sob pena de ser prorrogado o prazo de pagamento por igual período, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE;

**§ 4.º** As notas fiscais deverão ser apresentadas, se for o caso, em conjunto com a proposta que originou a referida cobrança, na qual deverá constar, no mínimo, a descrição da atividade, módulos do programa alterados, quantidade de horas, valor total do serviço, data limite para

entrega do serviço e prazo de validade da proposta;

§ 5.º O pagamento das horas de uma proposta somente se dará após a nova funcionalidade ser validada no ambiente de produção e com a assinatura do termo de aceite final.

§ 6.º As notas fiscais que forem apresentadas com erro serão devolvidas à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescendo-se ao prazo fixado no parágrafo anterior os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

§ 7.º A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda os fornecimentos e/ou serviços.

§ 8.º A não apresentação dos documentos enumerados nos parágrafos acima implicará suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não incidindo, neste caso, quaisquer acréscimos de valores referentes a juros, multa ou correção monetária.

§ 9.º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 10º pagamento poderá ser susgado pelo CONTRATANTE quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 11 O prazo de pagamento será até o quinto dia útil após a liquidação de despesa, no mês subsequente ao da efetiva realização dos serviços, e ocorrerá mensalmente.

## **DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**Cláusula Vigésima Primeira.** Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Vigésima deste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

## **DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS**

**Cláusula Vigésima Segunda.**A CONTRATADA não pode interromper os serviços sob a alegação de não estar recebendo os pagamentos devidos. Pode ela, contudo, suspender o cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n.º 8.666/93).

## **DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO**

**Cláusula Vigésima Terceira.** O pagamento poderá ser susgado pelo CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulada neste contrato, e a CONTRATADA esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

## **DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

**Cláusula Vigésima Quarta.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III - fiscalizar a execução; e
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

## **DOS REPRESENTANTES DAS PARTES**

**Cláusula Vigésima Quinta.** As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do contrato, conforme Anexos I e II deste contrato.

**Parágrafo Único.** O representante do CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os fornecimentos e serviços, e especialmente para:

- I - sustar os fornecimentos e serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses do CONTRATANTE;
- II - recusar os fornecimentos realizados que não atendam às boas normas técnicas;
- III - questionar todos os problemas técnicos constatados;
- IV - ajustar com o representante da CONTRATADA, nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos fornecimentos e serviços; e
- V - solicitar a substituição do representante credenciado pela CONTRATADA, na hipótese de sua atuação vir a prejudicar a qualidade da execução do contrato.

## **DA PUBLICAÇÃO**

**Cláusula Vigésima Sexta.** O extrato deste Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

## DO FORO

**Cláusula Vigésima Sétima.** As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

**Parágrafo único.** E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

\_\_\_\_\_  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXX  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
MORGANA ARENT MICHELS BAGINI  
Gerente Administrativa do CIGA

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO  
Representante da Contratada



**ANEXO I DO CONTRATO  
TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONTRATANTE**

**O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)** constitui o Gerente de Tecnologias da Informação como representante do CIGA para fiscalizar a execução do Contrato n.º \_\_\_/2016/CIGA.

Florianópolis – SC, (dia) de (mês) de 2016.

**GILSONI LUNARDI ALBINO**  
Diretor Executivo do CIGA  
**CONTRATANTE**

**ANEXO II DO CONTRATO**  
**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

**(Empresa)** constitui o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (cargo ou função), inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, como seu representante no Contrato n.º \_\_\_\_/2016/CIGA celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis – SC, (dia) de (mês) de 2016.

**(NOME)**  
(Cargo ou função)  
(EMPRESA)  
**CONTRATADA**